

# DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E INVESTIMENTOS DIRETOS ESTRANGEIROS NA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS<sup>1</sup>

## *INCOME DISTRIBUTION AND FOREIGN DIRECT INVESTMENT IN THE CAMPINAS METROPOLITAN AREA*

Bruna Angela BRANCHI<sup>2</sup>  
Nelly Maria Sansigolo de FIGUEIREDO<sup>3</sup>

### RESUMO

*São estudadas as mudanças ocorridas na distribuição de renda na década de 1990, buscando suas associações com as transformações no mercado de trabalho, em particular com a difusão dos investimentos diretos externos, tendo com referência a Região Metropolitana de Campinas, Brasil. As fontes de dados são a Fundação SEADE, para informações sobre os investimentos diretos externos planejados na Região Metropolitana de Campinas entre 1995 e 1999, por ramo de atividade econômica; e a amostra dos Censos Demográficos de 1991 e 2000 (microdados), a partir da qual são calculadas medidas de rendimento, desigualdade, escolaridade, idade dos ocupados e indicadores de precarização das relações de trabalho nos dois períodos para as pessoas ocupadas na Região Metropolitana de Campinas, por ramo de atividade econômica. Os resultados indicam que houve um aumento simultâneo da renda e da desigualdade na região, aumento do número de ocupados, com maior participação dos estratos superiores a trinta anos e aumento da escolaridade dos trabalhadores. No mesmo período, as relações de trabalho se tornaram mais precárias, com maior participação de autônomos e de trabalhadores sem carteira assinada. A análise para o conjunto dos setores não permite concluir pela associação direta entre investimentos diretos estrangeiros e aumento da desigualdade dos rendimentos. Para as indústrias que receberam maior aporte de difusão dos investimentos diretos externos durante o período – mecânica e material de transporte; material elétrico e de comunicações; e*

---

<sup>(1)</sup> Este trabalho é resultado do projeto de pesquisa Internacionalização e Desigualdades Socioeconômicas, desenvolvido na Pontifícia Universidade Católica de Campinas – CEA/Faculdade de Ciências Econômicas, com apoio financeiro da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação.

<sup>(2)</sup> Professora da Faculdade de Ciências Econômicas da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. *E-mail:* bruna.branchi@puc-campinas.edu.br

<sup>(3)</sup> Professora da Faculdade de Ciências Econômicas da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. *E-mail:* nelly.figueiredo@puc-campinas.edu.br

*química -, os rendimentos médios foram superiores à média industrial e da Região Metropolitana de Campinas, empregando trabalhadores mais jovens e com maior nível de escolaridade média, estando a renda dos autônomos e dos trabalhadores sem carteira assinada bem abaixo da média da Região Metropolitana de Campinas. Nesses segmentos verificou-se também menor grau de desigualdade de renda.*

**Palavras-chave:** investimentos diretos; renda; desigualdade; Região Metropolitana de Campinas.

## ABSTRACT

*This paper addresses changes occurred in income distribution in the 1990s, looking for their association with labor market transformation and foreign direct investment (FDI) in the Campinas Metropolitan Area (RMC). Data used are from Seade Foundation for planned FDI (covering the period 1995-1999 for RMC) and from the Demographic Census of 1991 and 2000. The latter were used to calculate income and labor market indicators for employed workers, classified by economic activity. The results show that there was a simultaneous increase in income and inequality in the region, an increase in the number of people employed, with a larger participation of those with more than 30 years of age as well as an increase in the schooling level. In the same period, labor relations have become deteriorated, with an increase in self-employment and non registered workers. The analysis on the selected group of economic sectors does not confirm a direct link between FDI and more income inequality. Industries that received more FDI in this period of time, like Mechanics and Transport Material, Electric Material and Communication, and Chemistry, recorded average income above industrial and RMC averages and lower income inequality. They were hiring younger and more educated workers. At the same time, self-employed and non registered workers were earning less than the RMC average.*

**Key words:** Foreign direct investment; income inequality; Campinas Metropolitan Area (RMC).

## INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é discutir as mudanças ocorridas na distribuição de renda dos trabalhadores no Brasil na década de 1990, tendo como referência a Região Metropolitana de Campinas (RMC) e buscando as associações de tais mudanças com as transformações acontecidas no mercado de trabalho, em particular com a difusão dos investimentos diretos externos (IDEs) realizados na região.

A questão da desigualdade de rendimentos no Brasil apresenta-se como um dos

mais sérios problemas pendentes de solução econômica e político-social. A partir de uma distribuição extremamente assimétrica, que se delineou ao longo da história, a desigualdade da distribuição da renda tem se mostrado extremamente estável nas últimas décadas, como apontado por Barros, Henriques e Mendonça (2000). Especificamente na década de 1990 os indicadores registram um decréscimo na desigualdade logo após o Plano Real, salientando-se que os valores em 1995 eram de nível semelhante aos de 1981. Porém, o resultado geral da década de 1990 registra um

aumento na desigualdade da distribuição da renda, tendo o índice de Gini passado de 0,63 em 1991 para 0,65 em 2000, considerando-se a distribuição da renda familiar *per capita* (Tabela 1) e indicando que o crescimento econômico nessa década não havia contribuído para reverter o quadro de desigualdade no país. Na mesma tabela verifica-se que essa tendência caracteriza também a distribuição da renda da RMC, que ocorreu em um ritmo mais acelerado que o brasileiro. A desigualdade de renda aumentou, tendo o índice de Gini sofrido uma variação de 8% na RMC, contra 5,3% e 3,2% para o estado de São Paulo e o Brasil, respectivamente.

Além dessa introdução, o item 2 deste artigo trata dos IDEs na RMC, numa comparação com as tendências gerais no Brasil. Na análise da RMC são utilizados dados da Fun-

dação SEADE sobre investimentos anunciados por município da região entre janeiro de 1995 e dezembro de 1999, que, como será discutido adiante, não representam necessariamente os investimentos efetivamente realizados. Nos itens 3, 4 e 5 é feita uma caracterização sobre as pessoas ocupadas na RMC – rendimento, desigualdade, escolaridade, idade e grau de precariedade nas relações de trabalho –, em abordagens geral e setorial, com a finalidade de identificar as principais mudanças verificadas nessa década. Com essa finalidade foram usados os microdados dos Censos Demográficos de 1991 e de 2000, limitando a análise aos indivíduos com dez anos de idade ou mais, ocupados, e com renda positiva. As amostras assim constituídas, quando expandidas pelos fatores de expansão do IBGE, resultam em 800.795 pessoas em 1991 e 979.426 em

**Tabela 1.** Renda domiciliar *per capita* e índice de Gini dos municípios da Região Metropolitana de Campinas, 1991 e 2000.

Município	Renda domiciliar <i>per capita</i> 1991*	Renda domiciliar <i>per capita</i> 2000*	Gini 1991	Gini 2000
1. Americana	400,94	473,23	0,46	0,50
2. Artur Nogueira	299,82	315,94	0,50	0,51
3. Campinas	513,74	614,86	0,53	0,58
4. Cosmópolis	271,82	302,06	0,43	0,50
5. Engenheiro Coelho	225,22	297,55	0,48	0,52
6. Holambra	296,11	474,51	0,49	0,56
7. Hortolândia	226,97	259,1	0,42	0,46
8. Indaiatuba	317,65	444,93	0,47	0,56
9. Itatiba	329,89	430,4	0,48	0,52
10. Jaguariúna	354,78	398,13	0,57	0,55
11. Monte Mor	236,68	258,31	0,53	0,51
12. Nova Odessa	283,60	341,4	0,41	0,46
13. Paulínia	352,82	503,34	0,49	0,58
14. Pedreira	329,32	363,83	0,50	0,47
15. Sta Bárbara d'Oeste	264,92	325,31	0,40	0,45
16. S. Antônio de Posse	281,40	319,23	0,55	0,55
17. Sumaré	242,38	291,61	0,43	0,47
18. Valinhos	382,01	569,31	0,49	0,54
19. Vinhedo	376,97	627,47	0,47	0,55
<b>MÉDIA RMC</b>	<b>315,11</b>	<b>400,55</b>	<b>0,48</b>	<b>0,52</b>
<b>MÉDIA SP</b>	<b>382,93</b>	<b>442,67</b>	<b>0,56</b>	<b>0,59</b>
<b>MÉDIA NACIONAL</b>	<b>189,51</b>	<b>246,68</b>	<b>0,63</b>	<b>0,65</b>

Fonte: PNUD, Atlas do desenvolvimento Humano.

\* Valores monetários em R\$ de 2000.

2000. Finalizando o trabalho, no item 6 são tecidas algumas considerações sobre setores econômicos selecionados, numa tentativa de estabelecer relações entre os investimentos diretos e o comportamento dos rendimentos e da desigualdade.

## 2. INVESTIMENTOS DIRETOS ESTRANGEIROS NA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS

O capital estrangeiro teve um papel de destaque na economia brasileira desde o período colonial<sup>4</sup>. Limitando a análise ao período do pós-guerra até o início da década de 70, a presença das multinacionais gerou uma situação contraditória.

Do ponto de vista do mercado interno, as subsidiárias das multinacionais ocupavam um lugar de destaque na estrutura industrial, com uma localização privilegiada nos mercados mais dinâmicos. Destacavam-se, também, por terem estimulado uma verdadeira “revolução industrial”, por meio da introdução de novas tecnologias. Esse fenômeno originou um mecanismo interno que abria espaços nas cadeias produtivas fátíveis de serem ocupados pelo capital nacional. Assim, no caso do Brasil, as empresas passaram a desenvolver a princípio uma função complementar na estrutura produtiva, mas que, em alguns ramos, alcançou importante autonomia. No entanto a dinâmica da economia ficou condicionada pelo desempenho das filiais das multinacionais. Como as estratégias dessas filiais eram traçadas em função do interesse da empresa em seu conjunto, o aumento de sua participação na economia significou uma importante redução de efetividade dos instrumentos da política econômica no nível nacional, portanto da capacidade de planejamento econômico (Fajnzylber, 1983).

Do ponto de vista do mercado internacional, as subsidiárias eram marginais dentro de sua própria estrutura corporativa. Seu desenvolvimento tecnológico, no Brasil, não lograva reduzir a brecha que as separava das tecnologias dos países avançados.

Essas condições foram gerando o esgotamento do mercado interno na medida em que iam sendo eliminadas as demandas excedentes devido à incapacidade política de criar uma nova estrutura social e econômica capaz de gerar novas demandas. Paralelamente, a importante incorporação de progresso técnico das subsidiárias não era suficiente para desenvolver vantagens comparativas dinâmicas que lhes permitissem operar em mercados internacionais. A própria estrutura industrial, por elas gerada, havia chegado a um limite, já ao finalizar a década de 1960, em sua capacidade de aumentar o nível de atividade e de produtividade (Kosacoff et. al., 1992).

Simultaneamente, os países centrais, sob o dinamismo econômico gerado pelas empresas multinacionais, estavam desenvolvendo um novo paradigma tecnoprodutivo, com modelos de organização da produção industrial que iriam despontar ao longo dos anos 1980. Esses modelos distanciavam-se bastante dos modelos de produção massiva fordista prevaletentes até então, e que estavam em crise desde o início da década de 1970. Um dos elementos-chave que viabilizaram essas mudanças foi o extraordinário desenvolvimento da microeletrônica, que provocou a passagem do “mundo eletromecânico” ao “mundo eletrônico”.

É nesse contexto, também, que deve ser situada a implementação, pelos grupos industriais e de serviços, das oportunidades proporcionadas pelas novas tecnologias da área da informática aplicadas à produção industrial e às atividades de gestão e finanças.

<sup>(4)</sup> Para uma síntese do papel do capital estrangeiro na economia brasileira, ver Gonçalves (1999), em particular os capítulos 3 e 4.

Isso conduz à disputa entre os oligopólios mundiais pelos novos espaços, que leva, por um lado, a uma luta interconcorrencial e, por outro, a uma colaboração entre os grupos.

O conceito de oligopólio mundial nos remete ao que Ohman (1985, em Chesnais, 1994) chamou de Tríade (EUA, Japão e Europa) e à nova repartição dos IDEs, bem como a uma nova estrutura do intercâmbio comercial. Ocorre uma hierarquização das regiões de acordo com o interesse que elas possam apresentar para os países da Tríade e para os grupos que constituem os oligopólios setoriais (Chesnais, 1994, pág. 36).

A nova divisão internacional do trabalho em curso é delineada pelos grandes oligopólios por meio das novas estratégias de produção adotadas pelas empresas multinacionais. As conseqüências diretas desse processo são a desregulamentação e a flexibilização dos contratos de trabalho, facilitadas pela introdução da automação nos processos produtivos. Em cada fábrica, o princípio da *lean production*, ou seja, produção enxuta, tornou-se a interpretação dominante do modelo japonês de processo de trabalho. Os sistemas de terceirização e o *just in time* foram adotados rapidamente em âmbito mundial.

Nos anos 1990 os IDEs tiveram forte impulso do processo de globalização, da difusão das novas tecnologias de comunicação e das privatizações de serviços públicos. No Brasil, juntou-se a tudo isso a maior estabilidade econômica (em particular de preço) (Rodrigues, 2000). Entre 1995 e 2000, os IDEs aumentaram 150% em valores nominais, passando de US\$ 41695 milhões para US\$ 103014 milhões (Banco Central do Brasil). Esse foi o período das privatizações, e

o setor de transporte e de comunicações, que em 1995 concentrava 1,42% dos IDEs e em 2000 representava 18,69% do estoque dos investimentos estrangeiros no Brasil.

A falta de dados de IDEs desagregados para a RMC implicou a busca de fontes alternativas. A Fundação SEADE publica, agora com periodicidade anual, uma pesquisa dos investimentos anunciados no Estado de São Paulo<sup>5</sup>. Trata-se de uma pesquisa realizada a partir de anúncios publicados na Gazeta Mercantil, Folha de S.Paulo, O Estado de S.Paulo, DCI e outros. Segundo o método adotado, todos os investimentos anunciados na imprensa são verificados junto às empresas para confirmação do valor, do lugar e do setor de atividade. Neste trabalho foram usados os valores dos IDEs anunciados entre 01/01/1995 e 31/12/1999.

A situação da RMC no mesmo período se diferencia bastante do quadro geral dos investimentos diretos estrangeiros no Brasil, refletindo as peculiaridades produtivas da região. Algo como 25% dos IDEs da região foram direcionados ao setor automobilístico (Tabela 2). Dos US\$ 1346,82, 81,2% foram investimentos anunciados em programas de implantação. Os investimentos mais elevados foram anunciados pela Honda, para a fundação da unidade de Sumaré, seguida pela Toyota e pela Valeo. No setor de material elétrico e de comunicação, quase 70% dos investimentos anunciados estavam relacionados a planos de implantação de novas unidades. O principal investidor foi a Motorola, seguida pela Lucent. O terceiro setor, em ordem de importância, é o da indústria química. Os maiores investimentos foram anunciados pela Rhodia (com a expansão da unidade de Paulínia) e pela DuPont<sup>6</sup>.

<sup>(5)</sup> Guia de Investimento e Geração de Emprego – Investimentos anunciados no Estado de São Paulo. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/negocios/investimentos.html>

<sup>(6)</sup> Na tabela 3, o segmento produção e distribuição de energia elétrica, gás, etc. aparece em segundo lugar como alvo de investimentos diretos. Em se tratando de investimentos anunciados, nesse item estão incluídos os US\$600 milhões anunciados pela CPFL/Intergen/Shell para construir a termoeletrica Carioba que não se materializaram. Por isso esse segmento não foi considerado entre os principais receptores de IDEs neste estudo.

Usando essa classificação setorial, na próxima seção serão examinadas algumas características socioeconômicas das pessoas ocupadas na RMC e a desigualdade da distribuição de renda. Queremos ver se é possível identificar um comportamento distinto em função da origem do capital. Por exemplo, se as empresas multinacionais estão mais propensas a adotar novas tecnologias, deveríamos encontrar nos setores uma maior presença de trabalhadores mais qualificados e de salários médios mais elevados<sup>7</sup>. Além disso, pode-se levantar a hipótese de que nos setores que recebem maior volume de IDEs, a desigualdade na distribuição dos rendimentos é maior.

### 3. RENDIMENTOS, DESIGUALDADE DA DISTRIBUIÇÃO E OUTRAS CARACTERÍSTICAS DAS PESSOAS OCUPADAS NA RMC: UMA ABORDAGEM GERAL

A desigual distribuição dos rendimentos no Brasil estimulou vários estudos e análises (Barros, Mendonça e Duarte, 1995) sobre a evolução do bem-estar, pobreza e desigualdade no Brasil nas décadas de 60, 70 e 80. Tais trabalhos mostram que, embora existam diferenças entre essas três décadas analisadas, o período apresenta pelo menos dois fatos em comum: 1) a desigualdade aumentou

**Tabela 2.** Fluxo de investimentos diretos estrangeiros anunciados na Região Metropolitana de Campinas, janeiro de 1995 a dezembro de 1999.

Atividade econômica principal	Milhões (US\$)	Participação (%)
<b>Agricultura, pecuária e extrativa mineral</b>		
Agropecuária, silvicultura e extração	-	-
<b>Indústria</b>		
Mecânica e material de transporte	1.364,82	24,50
Material elétrico e de comunicações	856,44	15,37
Química (inclusive álcool) e farmacêutica	797,40	14,31
Têxtil e calçados	446,37	8,01
Borracha e plástico	239,37	4,30
Metalúrgica	293,00	5,26
Refino de petróleo e carvão	143,00	2,57
Alimentos e bebidas	68,50	1,23
Papel e celulose	43,00	0,77
Produtos minerais não-metálicos e outras atividades industriais	35,66	0,64
Indústria da construção		-
Produção e distribuição de energia elétrica, gás, etc.	965,00	17,32
<b>Serviços</b>		
Comércio de mercadorias	21,71	0,39
Instituições de crédito, seguros e capitalização e comércio e administração de imóveis	-	-
Transporte e comunicações	157,00	2,82
Alojamento e alimentação	82,72	1,48
Outros serviços	57,71	1,04
Administração pública e defesa	-	-
Outras atividades (organização internacional e atividades mal definidas)	-	-
<b>Total da Região Metropolitana de Campinas</b>	<b>5.571,70</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Fundação SEADE; elaboração nossa.

<sup>(7)</sup> Os efeitos da abertura econômica e das características das empresas sobre o mercado de trabalho nos anos 90, para o Brasil, foram estudados por Arbache (2003).

continuamente, e 2) as mudanças no grau de pobreza e bem-estar social seguiram os padrões de crescimento econômico, melhorando em períodos de crescimento e piorando em épocas de declínio. Constatam esses autores que o impacto positivo do crescimento econômico sobre o aumento da renda média poderia ter tido um efeito maior sobre a diminuição da pobreza, não fosse o aumento da desigualdade da distribuição da renda nesse período.

Ferreira e Litchfield (2000), analisando a desigualdade, pobreza e bem-estar no período 1981-1995, com base nas PNADs, apontam para o fato de que a desigualdade piorou no Brasil durante os anos 80, deteriorando a situação de bem-estar dos 40% mais pobres da população, apesar de ter havido crescimento na renda média. Durante os anos 90, a desigualdade manteve-se um pouco menor, com crescimento e redistribuição beneficiando 70% da população. Entretanto, apesar do crescimento observado nas rendas em todos os níveis entre 1981 e 1995, a desigualdade mostra-se mais elevada em 1995 do que em 1981.

Analisando a questão da estabilidade da desigualdade da distribuição de renda no Brasil, Barros, Henriques e Mendonça (2000) destacam que o Brasil não é um país pobre, mas injusto para com um grande contingente de pessoas pobres, sendo a desigualdade o fator explicativo de maior relevância para a determinação dos elevados níveis de pobreza do país. Esse estudo revela que cerca de 64% dos países do mundo têm renda *per capita* menor que a brasileira, enquanto cerca de 77% da população mundial vive em países com renda *per capita* inferior à do Brasil. Quando a atenção se volta para os indicadores de pobreza, o estudo revela que “enquanto no Brasil a população pobre representa cerca de 30% da população total, nos países com renda *per capita* similar à brasileira esse valor corresponde a menos de 10%”, o que é um in-

dicador da importância da má distribuição da renda para a explicação do elevado patamar de pobreza do país.

A tendência de aumento da desigualdade de renda nos anos 90 se faz presente na RMC, considerada uma das regiões mais ricas do Estado de São Paulo e do Brasil. A renda familiar *per capita* média mensal no conjunto de municípios da região foi de R\$ 405,09 em 2000, contra R\$442,67 em São Paulo e R\$ 297,23 no Brasil (PNUD, 2003).

Considerando a amostra de dados fornecida pelos Censos Demográficos de 1991 e 2000 (microdados) e extraído-se dela as pessoas com dez anos ou mais de idade, ocupadas, e com renda positiva, para o conjunto dos 19 municípios que compõem a RMC, são obtidos alguns indicadores de renda (Tabela 3). A renda média para o conjunto de municípios experimentou um aumento real da ordem de 51,11%, com uma ampliação da proporção da renda entre os 40% mais ricos e os 40% mais pobres, notando-se maior concentração nesse período entre os 5% mais ricos e o centésimo mais rico, em detrimento da participação na renda dos 20% que se encontram em torno da média da distribuição.

O número de ocupados com dez anos ou mais de idade na RMC aumentou 22,31%<sup>8</sup> (Tabela 4). Nota-se ainda o envelhecimento da população ocupada, considerando-se apenas os indivíduos com dez anos ou mais de idade, com evidente queda da proporção de pessoas com menos de 30 anos e aumento na faixa de 30 a 64 anos. Dentre os fatores que contribuem para esse fenômeno encontram-se: a própria dinâmica populacional no Brasil, com queda das taxas de natalidade a partir dos anos 60; o desemprego, que tem uma incidência maior entre jovens e idosos; e a maior permanência na escola para os adolescentes e jovens adultos.

<sup>8</sup> A população total da RMC em 1991 era de 1.866.025, passou para 2.338.148 em 2000, com um incremento de 25,30%.

Com relação à educação formal, verifica-se que a proporção de analfabetos caiu quase pela metade e que a proporção de pessoas com oito ou mais anos de estudo passou de cerca de 40% para 58% no intervalo intercensitário (Tabela 5). Educação pode ser um dos fatores que tem retardado a entrada no mercado de trabalho na RMC.

Quanto à ocupação e à precariedade das relações de trabalho, nota-se que, em 1991, 80,1% da população ocupavam uma posição de empregado, enquanto 15,5% situavam-se na categoria de autônomos ou conta própria. Em 2000, a proporção de empregados caiu para 77,7% enquanto a de autônomos ou conta própria passaram a quase 18,6%. Nesse período a proporção de empregadores também decresceu. A proporção de trabalhadores com carteira assinada também caiu nesse período, de 63,9% em 1991 para 55,5% (Tabelas 6 e 7). Ou seja, não só a proporção de empregados é menor em 2000, como, entre os ocupados, é menor a proporção dos que têm carteira assinada, atestando o alto grau de precariedade no mercado de

**Tabela 3.** Distribuição do rendimento do trabalho entre as pessoas ocupadas na Região Metropolitana de Campinas, 1991 e 2000 <sup>(1)</sup>.

Rendimento médio	1991	2000
		614,66 <sup>(2)</sup>
40% mais pobres	11,00	10,12
40% mais ricos	77,94	79,62
5+	33,13	35,44
1+	12,80	14,37
L de Theil	0,4840	0,5169
Gini	0,5263	0,5454

Fonte: Censo Demográfico de 1991 e 2000 (microdados). Nossas elaborações.

<sup>(1)</sup> Rendimento de todos os trabalhos das pessoas ocupadas, com renda positiva, com dez anos ou mais de idade, excluindo-se, portanto, aposentados e pensionistas.

<sup>(2)</sup> Valores em reais, de 2000, atualizados com base no IPC-FIPE.

trabalho da região, movimento característico das transformações do mercado de trabalho brasileiro nos anos 90.

**Tabela 4.** Distribuição da população ocupada por classe de idade na Região Metropolitana de Campinas, 1991 e 2000.

Estratos de Idade	1991 (%)	2000 (%)
de 10 até 14	1,60	0,48
15 até 17	5,70	3,51
18 até 24	20,74	19,96
25 até 29	16,15	14,75
30 até 39	27,41	28,32
40 até 49	16,58	20,80
50 até 64	10,37	10,76
65 ou mais	1,44	1,42
<b>RMC</b>	<b>800.795</b>	<b>979.426</b>

Fonte: Censo Demográfico de 1991 e 2000 (microdados). Nossas elaborações.

**Tabela 5.** Distribuição da população ocupada por nível de instrução na Região Metropolitana de Campinas, 1991 e 2000.

Estratos de Instrução	1991 (%)	2000 (%)
Sem instrução formal	5,95	2,81
1 a 3 anos	13,39	8,41
4 a 7 anos	39,46	29,54
8 a 10 anos	16,81	21,37
11 anos ou mais	23,81	37,30
Alfabetização dos adultos	0,44	0,11
Ignorado	0,14	0,47

Fonte: Censo Demográfico de 1991 e 2000 (microdados). Nossas elaborações.

**Tabela 6.** Distribuição da população ocupada com base na posição na ocupação na Região Metropolitana de Campinas, 1991 e 2000.

Posição na ocupação	1991 (%)	2000 (%)
empregado	80,12	77,74
empregador	4,38	3,66
autônomo ou por conta própria	15,50	18,59

Fonte: Censo Demográfico de 1991 e 2000 (microdados). Nossas elaborações.

**Tabela 7.** Distribuição da população ocupada com base na posse de carteira de trabalho na Região Metropolitana de Campinas, 1991 e 2000.

Possui carteira assinada	1991 (%)	2000 (%)
Sim	63,89	55,51
Não sabe ou não tem	16,23	22,24
Não é empregado	19,88	22,25

Fonte: Censo Demográfico de 1991 e 2000 (microdados).  
Nossas elaborações.

#### 4. RENDIMENTO, DESIGUALDADE E OUTRAS CARACTERÍSTICAS DAS PESSOAS OCUPADAS NA RMC POR SETOR PRODUTIVO

Com o objetivo de analisar as diferenças setoriais de renda, desigualdade e condições de emprego, os elementos da amostra foram agrupados segundo 20 setores econômicos. Dois critérios nortearam esses grupos de atividade. Em uma primeira aproximação, os grupos foram formados segundo a classificação utilizada pelo IBGE (CNAE). Em seguida, com base na presença ou não de investimentos diretos planejados no período 1995-1999, os grupos foram redefinidos (primeira coluna da Tabela 8). No setor primário enquadram-se agropecuária, silvicultura e extração vegetal e mineral – segmento esse para o qual não houve investimentos diretos estrangeiros planejados entre 1995 e 1999 na RMC. A indústria engloba 14 ramos, e serviços, outros 7 ramos de atividades.

Do total da renda do trabalho na região, nota-se que em 2000 a indústria era responsável por quase 30%, enquanto absorvia quase 33% da população ocupada. O setor de serviços era responsável por pouco mais de 68% dos rendimentos do trabalho e 64% da população ocupada. Na agricultura situavam-se apenas 2,94% dos ocupados, gerando 1,94% do total dos rendimentos (Tabela 8). Mesmo apresentando rendimento médio ligeiramente inferior ao do setor de serviços,

a indústria incluía quatro dos seis segmentos com incremento real acima da média. Trata-se de produtos minerais não metálicos (75,2%), produção e distribuição de energia elétrica (67,4%), alimentos e bebidas (63,2%) e química e farmacêutica (59,8%). Outros serviços e comércio de mercadorias registraram incrementos reais de 58,1% e 53,3%, respectivamente. Por outro lado, as atividades de refino de petróleo e carvão registraram o menor incremento real dos rendimentos (3,7%).

Nota-se também que na indústria os setores que se destacam pelos maiores níveis de rendimento do trabalho são refino de petróleo, e química, enquanto que a construção civil e os ramos ligados a têxteis e calçados apresentam os mais baixos salários. A construção civil, por seu peso no total do número de empregados, contribui para deprimir os salários médios de ocupações industriais na região. Quanto ao setor de serviços, constata-se que os ramos de instituições de crédito, seguros e capitalização e comércio e administração de imóveis se destacam pelos salários mais altos, seguidos da administração pública. Nos ramos de alimentação e alojamento são encontrados os salários mais baixos.

Comparando-se com a situação de 1991 constata-se em 2000 um avanço na participação dos serviços de quase 10% tanto na participação do rendimento quanto no número de pessoas empregadas, com visível queda na indústria e na agricultura. Na indústria de transformação, poucos segmentos mantêm sua participação na renda e no emprego, destacando-se aqueles nos quais o mercado externo tem importante participação (material de transporte, papel e celulose) e a construção civil. Quanto ao setor de serviços, a participação do comércio de mercadorias se expande substancialmente na geração de empregos e renda como consequência da urbanização e notadamente da concentração de importantes centros de compras em Campinas, que amplia sua posição de pólo regional comercial. Nota-se também a ampliação do ramo de alo-

**Tabela 8.** Distribuição setorial do rendimento total do trabalho e da população ocupada, e rendimento médio (R\$ de 2000) na Região Metropolitana de Campinas, 1991 e 2000.

Ramo de atividade econômica	1991			2000		
	Rendimento total (%)	Ocupados (%)	Rendimento médio (%)	Rendimento total (%)	Ocupados (%)	Rendimento médio (R\$)
<b>Setor primário</b>	<b>2,94</b>	<b>4,35</b>	<b>415,00</b>	<b>1,94</b>	<b>2,94</b>	<b>613,22</b>
Agropecuária, silvicultura e extração	2,94	4,35	415,00	1,94	2,94	613,22
<b>Indústria</b>	<b>38,49</b>	<b>40,8</b>	<b>708,47</b>	<b>29,97</b>	<b>32,89</b>	<b>997,29</b>
Mecânica e material de transporte	3,79	3,06	762,77	3,61	3,06	1.096,37
Material elétrico e de comunicações	1,97	1,40	863,18	1,69	1,51	1.037,83
Química (inclusive álcool) e farmacêutica	3,22	2,56	773,70	2,67	2,00	1.236,07
Têxtil e calçados	5,61	7,92	435,06	3,95	6,05	606,01
Borracha e plástico	1,50	1,38	671,78	1,40	1,32	983,96
Metalúrgica	7,20	6,67	663,84	3,36	3,36	928,05
Refino de petróleo e carvão	0,66	0,31	1.302,31	0,18	0,12	1.350,23
Alimentos e bebidas	2,05	2,44	518,43	1,81	1,99	845,95
Papel e celulose	0,83	0,66	775,13	0,84	0,76	1.029,37
Produtos minerais não metálicos e outras atividades industriais	3,58	4,63	475,02	3,42	3,81	832,42
Indústria da construção	6,43	8,49	465,38	6,17	8,30	690,59
Produção e distribuição de energia elétrica, gás, etc.	1,65	1,28	795,00	0,87	0,61	1.330,70
<b>Serviços</b>	<b>58,57</b>	<b>54,85</b>	<b>733,07</b>	<b>68,1</b>	<b>64,14</b>	<b>1007,48</b>
Comércio de mercadorias	13,88	12,92	660,17	19,01	17,40	1.011,81
Instituições de crédito, seguros e capitalização e comércio e administração de imóveis	4,19	2,73	942,08	3,47	2,66	1.212,93
Transporte e comunicações	5,52	4,81	706,28	7,26	6,34	1.062,57
Alojamento e alimentação	3,58	3,41	644,42	3,82	4,62	767,70
Outros serviços	26,62	27,26	600,20	28,36	27,8	949,01
Administração pública e defesa	4,41	3,44	787,29	4,56	3,60	1.174,65
Outras atividades (organizações internacionais e atividades mal definidas)	0,37	0,28	791,06	1,62	1,72	873,67
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>614,66</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>928,83</b>

Fonte: Censo Demográfico de 1991 e 2000 (microdados). Nossas elaborações.

jamento e alimentação pelos mesmos motivos acima descritos, e nos setores de transporte e comunicações.

Dados sobre a desigualdade por setores mostram que a disparidade da distribuição dos rendimentos das pessoas ocupadas na RMC aumentou entre 1991 e 2000 na maioria dos setores: aproximadamente 9% nos segmentos de produção de borracha, plástico, metalurgia e aproximadamente 7% na indústria química e nos serviços de transporte e comunicações (Tabela 9). Deve-se apontar

o decréscimo da desigualdade dos rendimentos nas atividades de material elétrico e de comunicações, produção e distribuição de energia elétrica, gás, etc., instituições de crédito, seguros e capitalização e comércio e administração de imóveis, alimentação e alojamento. Comparando os valores do índice de desigualdade entre os setores, nota-se que, em geral, o setor industrial apresenta índices de desigualdade mais baixos que serviços e agricultura na RMC. Comparando os segmentos com a média de todos os ramos nota-se

que agricultura/extração mineral, comércio de mercadorias, outros serviços e outras atividades apresentam níveis de desigualdade acima da média, tanto em 1991 como em 2000. Essas classificações incluem uma gama muito grande de atividades, dificultando identificar precisamente quais segmentos estariam contribuindo mais fortemente para essa elevada desigualdade.

## 5. PERFIL ETÁRIO E ESCOLARIDADE, POR SETOR, DAS PESSOAS OCUPADAS NA RMC

A tendência geral de envelhecimento da população ocupada, registrada na RMC,

acontece na maioria dos setores produtivos (Figuras 1 e 2). Exceções são registradas nos setores de material elétrico e transporte e comunicações. As quedas mais acentuadas ocorreram nos setores têxtil e de calçados e instituições de crédito.

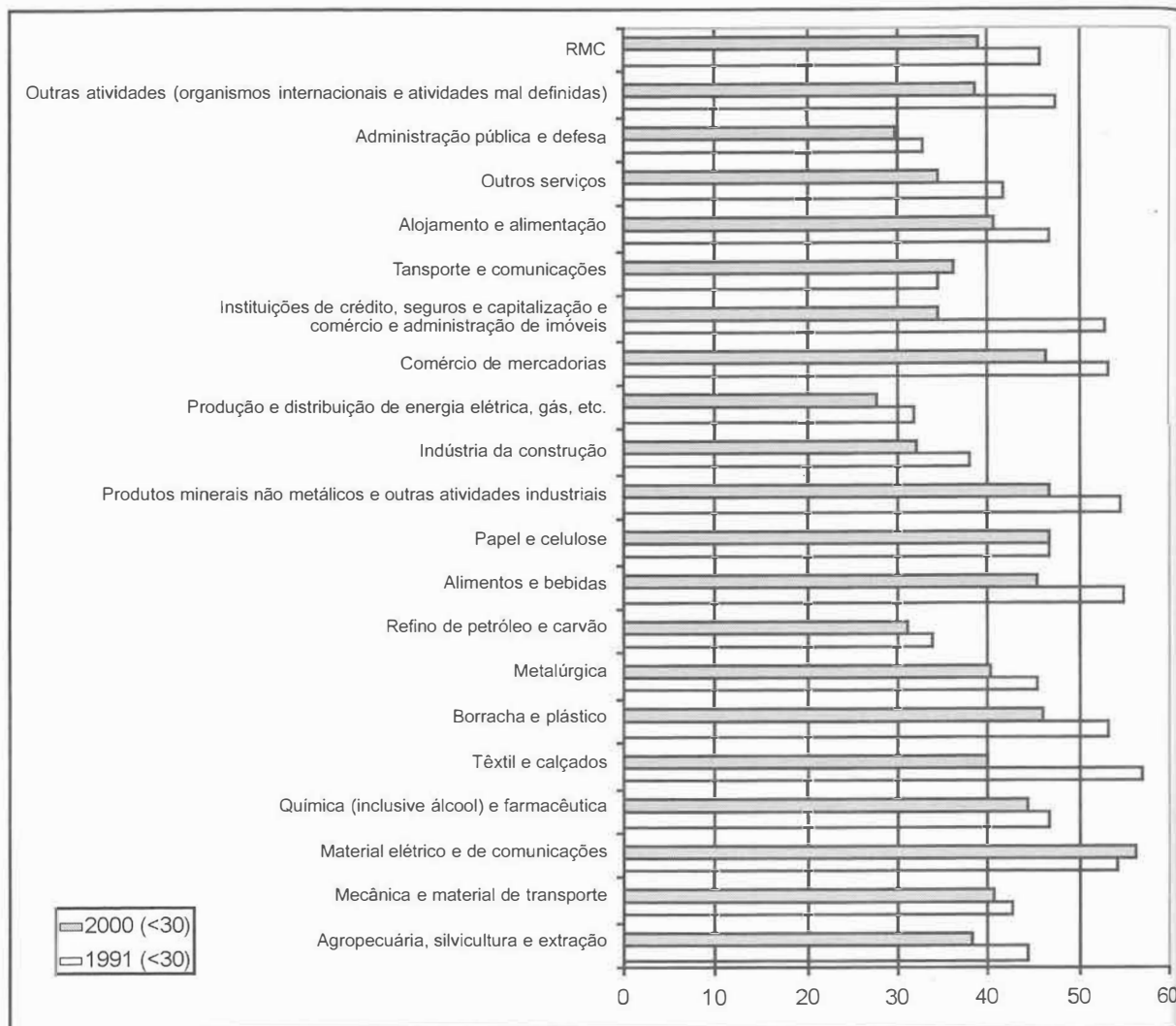
Para completar a análise do mercado de trabalho setorial da RMC é relevante observar o perfil educacional dos ocupados. Os trabalhadores sem instrução formal encontram-se principalmente no setor primário, na indústria da construção e na produção e distribuição de energia elétrica, gás, etc. (Figuras 3 e 4). Os primeiros dois setores incluem também o maior percentual de trabalhadores com até três anos de instrução formal. Em síntese,

**Tabela 9.** Evolução do índice de Gini, na Região Metropolitana de Campinas, 1991-2000.

Ramo de atividade econômica	Gini 1991	Gini 2000
<b>Setor primário</b>		
Agropecuária, silvicultura e extração	0,5618	0,5722
<b>Indústria</b>		
Mecânica e material de transporte	0,4486	0,4686
Material elétrico e de comunicações	0,5114	0,5075
Química (inclusive álcool) e farmacêutica	0,4838	0,5160
Têxtil e calçados	0,4174	0,4404
Borracha e plástico	0,4660	0,5097
Metalúrgica	0,4295	0,4699
Refino de petróleo e carvão	0,4637	0,4338
Alimentos e bebidas	0,5122	0,5238
Papel e celulose	0,4685	0,4989
Produtos minerais não metálicos e outras atividades industriais	0,4851	0,5288
Indústria da construção	0,4286	0,4596
Produção e distribuição de energia elétrica, gás, etc.	0,5221	0,4861
<b>Serviços</b>		
Comércio de mercadorias	0,5607	0,5709
Instituições de crédito, seguros e capitalização e comércio e administração de imóveis	0,5153	0,4883
Transporte e comunicações	0,4545	0,4926
Alojamento e alimentação	0,5753	0,5450
Outros serviços	0,5689	0,5824
Administração pública e defesa	0,4968	0,5037
Outras atividades (organizações internacionais e atividades mal definidas)	0,5841	0,5399
<b>RMC</b>	<b>0,5263</b>	<b>0,5454</b>

Fonte: Censo Demográfico de 1991 e 2000 (microdados). Nossas elaborações.

Figura 1. Proporção da população ocupada com menos de 30 anos por setor de atividade. RMC, 1991 e 2000 (%)



Fonte: Censo Demográfico de 1991 e 2000 (microdados). Nossas elaborações.

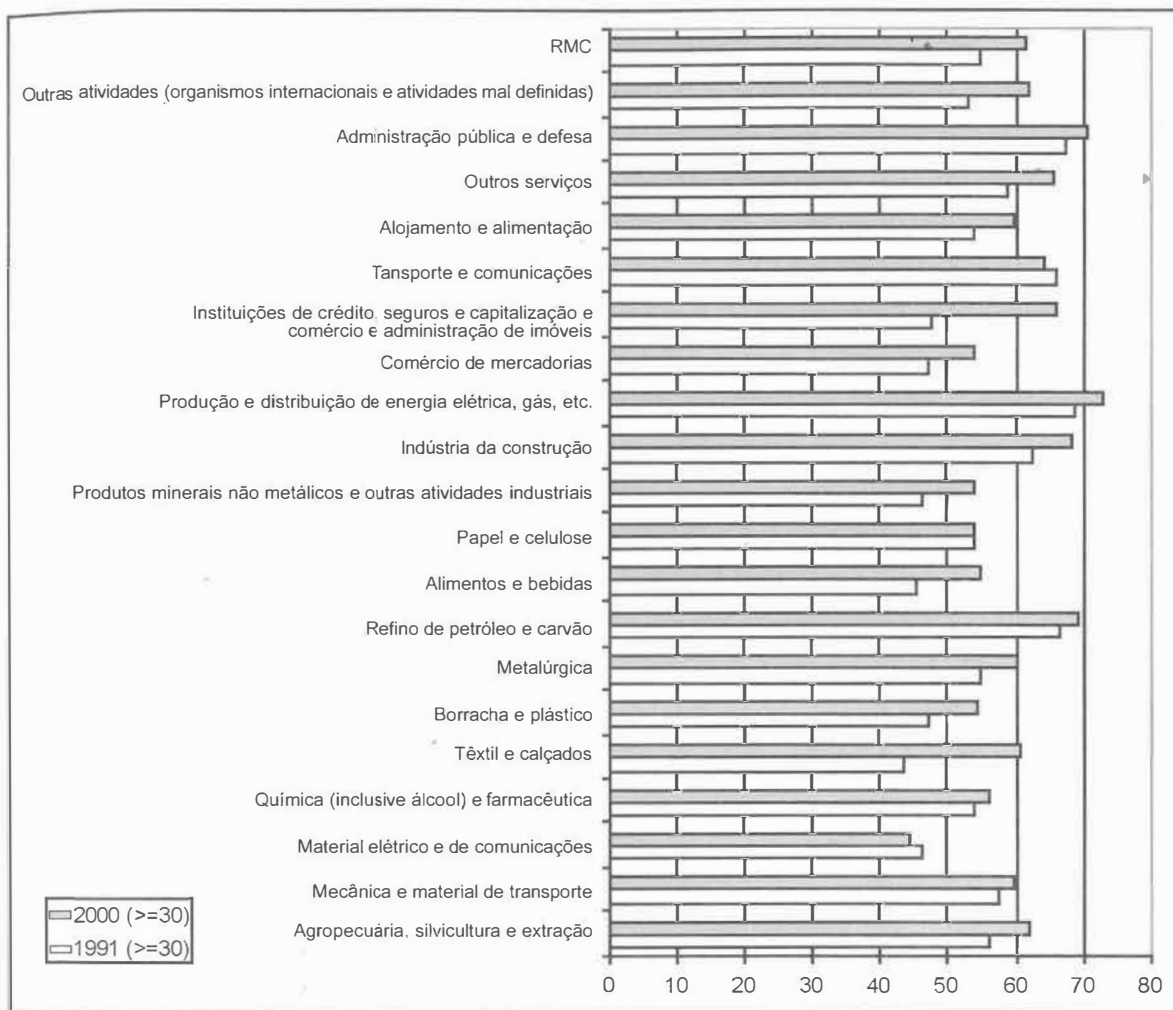
na agricultura, trabalhadores sem instrução ou com no máximo três anos de educação formal representavam pouco mais de 47% em 1991 e passaram para 32% em 2000. Esse mesmo grupo representava quase 38% dos ocupados no setor da construção em 1991 e caiu para 23,5% em 2000.

Em 1991 54,6% dos ocupados no setor têxtil declaravam entre quatro e sete anos de instrução. Em seguida encontravam-se os setores de transporte e comunicação (48,9%), produtos minerais não metálicos (45,9%) e

indústria da construção (45,4%). Na década de 90, diminuiu a percentual de trabalhadores nessa faixa de instrução na RMC, com exceção do setor da indústria da construção (47,1%) e do setor primário (42,8%)

O crescimento da instrução formal ocorreu particularmente no grupo que tinha de oito a dez anos de estudo. A média da região aumentou, passando de 16,8% para 21,4% em 2000. Os únicos setores que mostraram uma tendência oposta foram: refino de petróleo e carvão, instituições de crédito

**Figura 2.** Proporção em porcentagem da população com 30 anos ou mais ocupada por setor de atividade na Região Metropolitana de Campinas, 1991 e 2000.



Fonte: Censo Demográfico de 1991 e 2000 (microdados). Nossas elaborações.

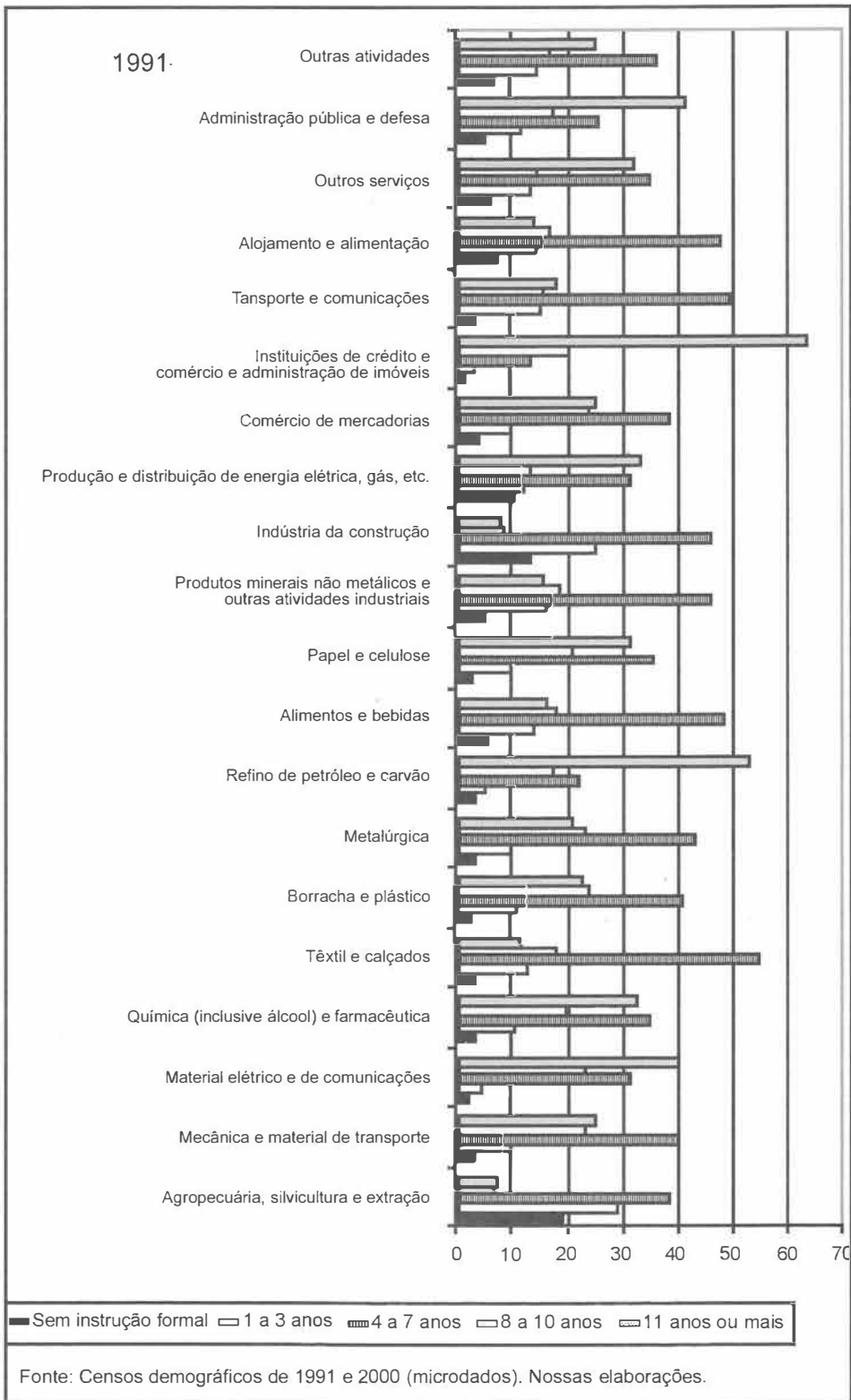
e capitalização e comércio e administração de imóveis. De novo, o setor que inclui as instituições de crédito, seguros e capitalização e comércio e administração de imóveis foi o único que registrou uma leve redução do percentual de trabalhadores com mais de onze anos de estudo, passando de 63% para 61%, em 2000, ficando sempre aquele com trabalhadores mais bem instruídos.

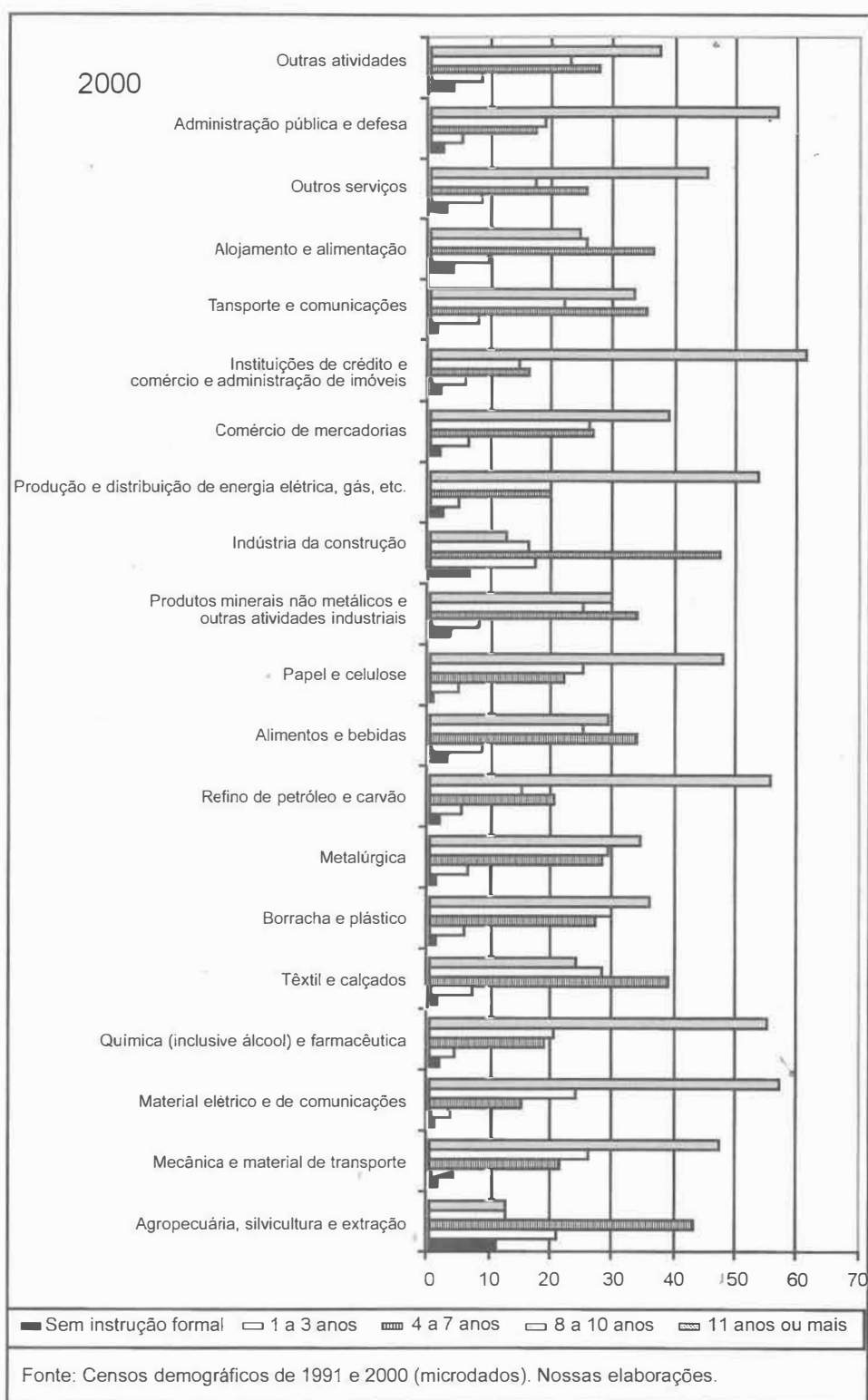
Observando as Figuras 5 e 6 e a Tabela 10 é fácil obter um quadro da crescente informalidade da RMC, seguindo a tendência geral

do país. O percentual dos empregados caiu, na década de 1990, de 80,1% para 77,7%. Simultaneamente, o percentual dos trabalhadores autônomos ou por conta própria passaram de 15,5% para 18,6%. Entretanto, mais alarmante é o crescimento dos trabalhadores sem carteira assinada, de 16,2% para 22,2%. Assim podemos concluir que na RMC, em 2000, só 55,5% dos trabalhadores tinham carteira assinada, contra 63,9% em 1991.

Esse quadro geral esconde algumas peculiaridades específicas, como no caso

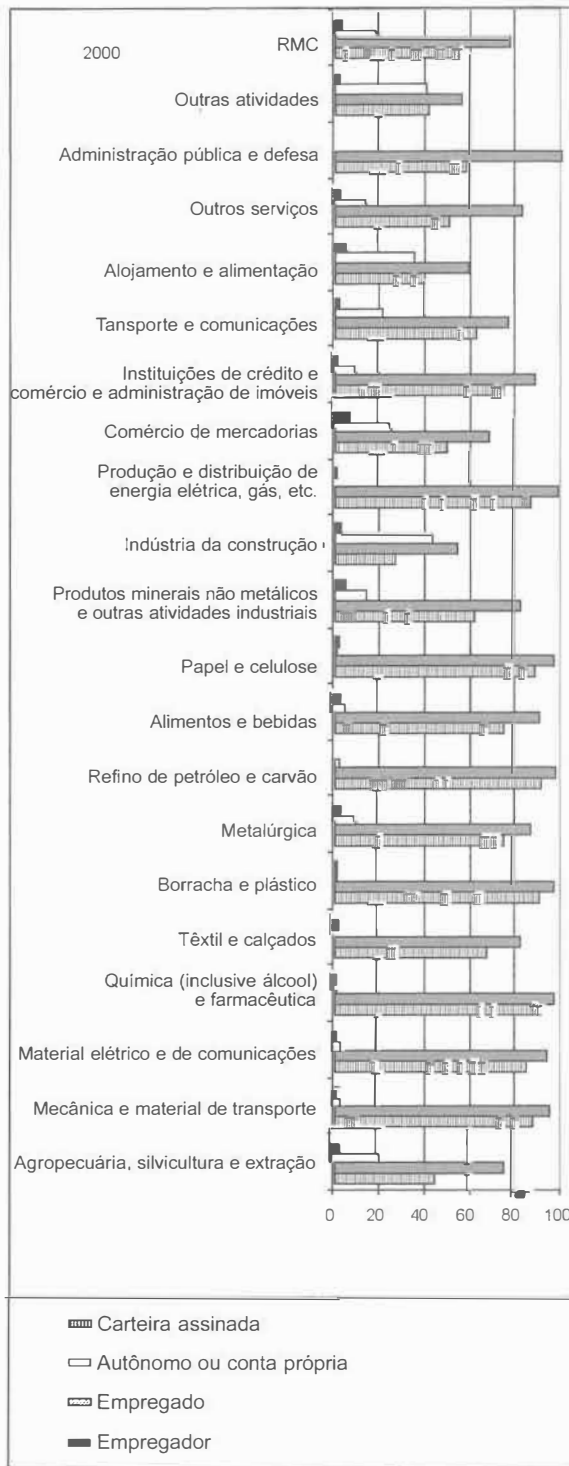
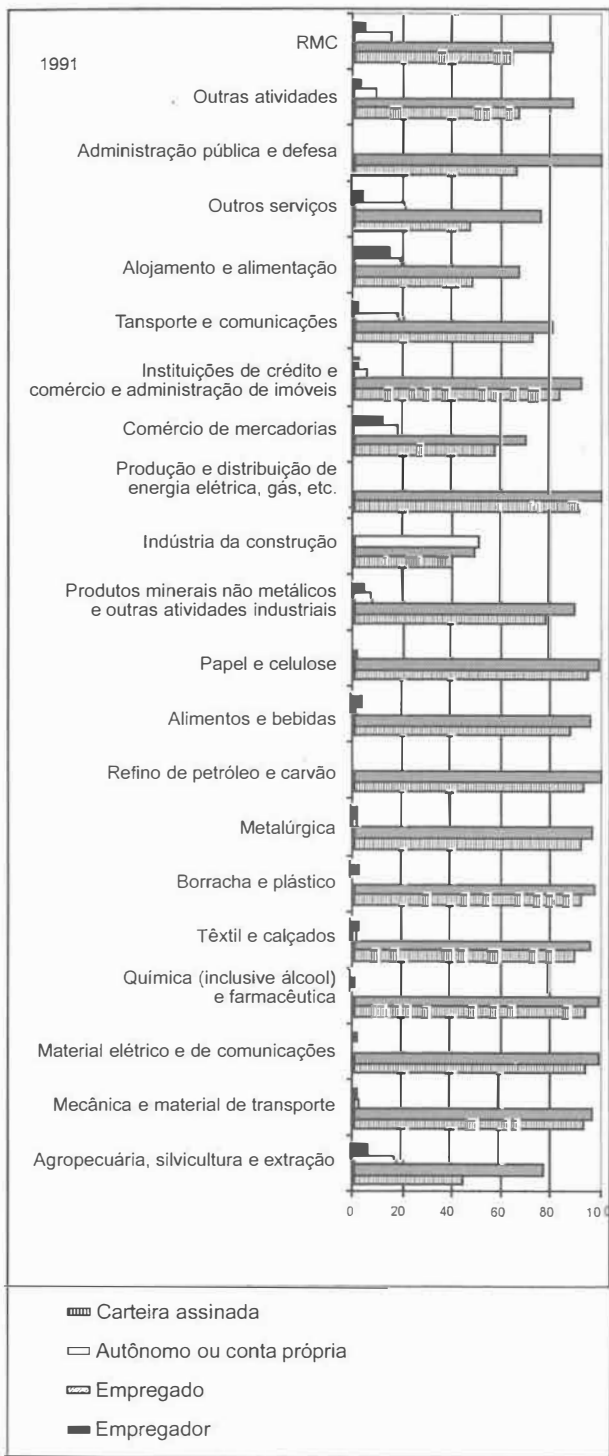
Figura 3. Perfil educacional da população ocupada na RMC, 1991 (%)



**Figura 4.** Perfil educacional da população ocupada na RMC, 2000 (%)

**Figura 5.** RMC: Posição na ocupação e posse de carteira de trabalho assinada, 1991 (%).

**Figura 6.** RMC: Posição na ocupação e posse de carteira de trabalho assinada, 2000 (%).



**Tabela 10.** Trabalhadores com carteira assinada e trabalhadores empregados na Região Metropolitana de Campinas, em 1991 e 2000.

Setor	1991		2000	
	Com carteira assinada (%)	Não é empregado (%)	Com carteira assinada (%)	Não é empregado (%)
Agropecuária, silvicultura e extração	44,2	23,3	44,1	25,7
Mecânica e material de transporte	92,9	3,4	87,4	5,3
Material elétrico e de comunicações	93,3	1,1	84,6	6,1
Química (inclusive álcool) e farmacêutica	93,7	1,2	91,2	3,3
Têxtil e calçados	89	4,8	66,9	17,7
Borracha e plástico	91,7	3	90	3
Metalúrgica	91,4	3,6	74,4	13,9
Refino de petróleo e carvão	92,9	-	91,2	2,8
Alimentos e bebidas	87,2	4,4	74,5	9,9
Papel e celulose	94,2	1,4	88,3	3,3
Prod. minerais não metál. e outras ativ.ind.	77,4	11,3	61,5	18,1
Indústria da construção	39,9	51,2	27	46
Prod.e distrib.energia elétrica, gás, etc.	90,5	0,3	86,9	1,3
Comércio de mercadorias	56,8	30,5	49,6	32,3
Instit.crédito e comércio e adm. imóveis	83,1	8,4	74,5	12
Transporte e comunicações	72,2	20,4	62,4	23,5
Alojamento e alimentação	47,6	33	39,4	40,9
Outros serviços	46,5	24,7	50,8	17,1
Adm. pública e defesa	66	0,3	57,6	-
Outras atividades	66,9	11,8	41,8	43,5
<b>Região Metropolitana de Campinas</b>	<b>63,9</b>	<b>19,9</b>	<b>55,5</b>	<b>22,3</b>

Fonte: Censos Demográficos de 1991 e 2000 (microdados). Nossas elaborações.

dos trabalhadores da construção: em 1991, metade trabalhava como autônomo ou por conta própria e, mesmo assim, só 40% dos empregados nesse setor tinham carteira de trabalho assinada; em 2000, apenas 27% dos ocupados nesse setor tinham carteira assinada, mostrando a acentuada precarização do trabalho nesse segmento.

Um panorama dos setores produtivos da RMC evidencia como o setor da construção civil ocupa trabalhadores com baixo nível de instrução e com elevado grau de informalidade. Isso se reflete na remuneração média que é uma das menores da RMC (Tabela 8) e que afeta a maioria dos ocupados nesse setor, como pode-se inferir do índice de Gini que registra um dos seus menores valores entre os diferentes setores da RMC (Tabela 9).

## 6. INVESTIMENTOS DIRETOS ESTRANGEIROS E DISTRIBUIÇÃO DOS RENDIMENTOS EM SETORES ECONÔMICOS SELECIONADOS NA RMC

Nesta última seção são destacados alguns segmentos econômicos na RMC com o objetivo de analisar algumas mudanças ocorridas ao longo da década de 90, em particular o comportamento da renda, sua distribuição e o perfil dos trabalhadores.

Focalizando nossa atenção nos três setores que mais receberam indicações de IEDs na década de 90 (mecânica e material de transporte, material elétrico e de comunicações e química), podemos notar que:

- 1) São segmentos com rendimento médio maior do que a média do setor industrial e da RMC (Tabela 8).

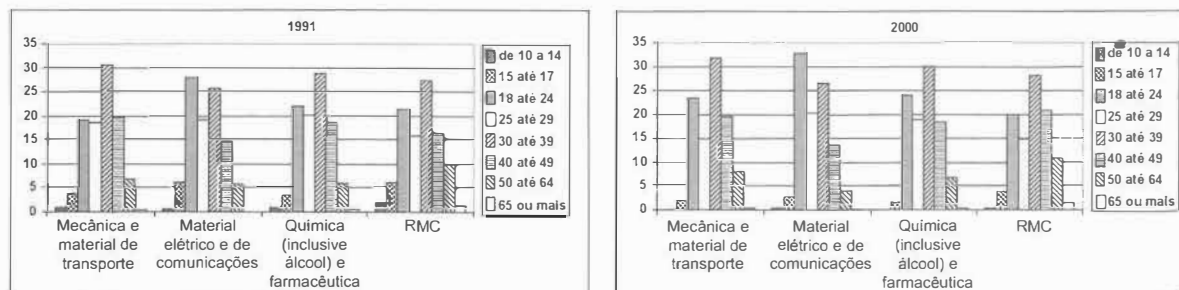
- 2) São segmentos que apresentam um índice de Gini menor do que a média da RMC (Tabela 9).
- 3) Observando-se o perfil etário (Figura 7), nota-se que, em 1991, esses três segmentos empregavam, em porcentagem, mais trabalhadores na faixa entre 18 e 49 do que a média da RMC. No final da década, neles concentraram-se trabalhadores mais jovens, entre 18 e 39 anos, chegando a representar, em média, 74% dos ocupados nesses setores.
- 4) Analisando o perfil educacional, verifica-se que nesses setores os ocupados têm um nível de escolaridade maior do que a média da RMC (Figura 8). Essa tendência se acentuou em 2000 quando quase metade dos ocupados declarou onze ou mais anos de estudos, e pouco menos de um quarto tinha de oito a dez anos de escolaridade.
- 5) Refletindo a tendência geral, nesses setores também diminuiu a percentual de empregados, aumentou a de trabalhadores autônomos ou por conta própria. Mesmo assim, esses últimos representam uma pequena cota dos ocupados (3% em média). A porcentagem dos empregados sem carteira assinada também aumentou, mas de novo em proporção menor que a média da RMC.

Em síntese, esses setores apresentam rendimentos médios mais elevados, trabalha-

dores com melhor nível educacional, menor grau de desigualdade de renda e de informalidade do que a média dos setores produtivos da RMC. Um aspecto pode parecer diferente do esperado: a mudança do perfil etário dos ocupados. Em geral, espera-se que as empresas que investem mais em mão-de-obra (oferecendo maior estabilidade, remuneração mais elevada, etc.) tendam a manter por mais tempo os próprios trabalhadores, e isso se deveria refletir em um envelhecimento dos ocupados. Nesses setores há evidência contrária, que pode ser explicada pelo fato de que muitos investimentos diretos nesses setores foram direcionados para a criação de novas unidades. As empresas operando recentemente nessa região parecem preferir treinar os mais jovens, em vez de empregar trabalhadores mais experientes.

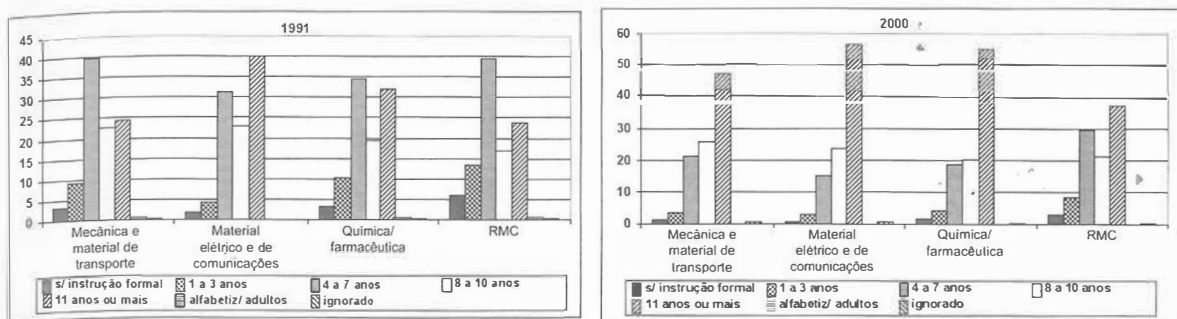
Resta destacar que na situação particular da RMC os investimentos diretos estrangeiros nesses segmentos aparentemente não estão associados a um aumento da desigualdade da distribuição dos rendimentos entre os ocupados, não confirmando, portanto, a idéia de que exista uma associação positiva entre investimentos externos diretos e aumento da desigualdade da distribuição da renda<sup>9</sup>. Esse resultado confirma, na RMC, a pesquisa realizada por Camargo, De Pasqual e Guedes Filho (2000 e 2001) a partir de dados dos IDEs obtidos por meio do Censo de Capitais Estrangeiros

**Figura 7.** Distribuição etária dos ocupados em três setores da RMC, 1991 e 2000 (%).



Fonte: Censo Demográfico de 1991 e 2000 (microdados). Nossas elaborações.

Figura 8. Perfil educacional dos ocupados em três setores da RMC, 1991 e 2000 (%).



Fonte: Censo Demográfico de 1991 e 2000 (microdados). Nossas elaborações.

do Banco Central, e dados de emprego e renda tendo como fonte a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho. Nesse estudo os autores não encontraram associação positiva entre investimentos estrangeiros e desigualdade de rendimentos, analisando o comportamento dos rendimentos dos trabalhadores segmentados por setor econômico. Dessa forma, conquanto existam evidências empíricas nas comparações internacionais entre países, as evidências empíricas para o Brasil não têm comprovado tal associação quando analisados os setores econômicos com diferentes aportes de investimentos estrangeiros.

## BIBLIOGRAFIA

ARBACHE, Jorge Saba. *Comercio internacional, competitividade e mercado de trabalho: algumas evidências para o Brasil*. Em: CORSEUIL, Carlos Henrique;

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Censo de capitais estrangeiros no país. Data base 1995*. Disponível em: <http://www.bacen.gov.br/?CENSO1995>.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Censo de capitais estrangeiros no país. Data base*

2000. Disponível em: <http://www.bacen.gov.br/?CENSO2000>

BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. *A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil*. Em: Henriques, Ricardo. *Desigualdade e Pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

BARROS, R. P.; MENDONÇA, R. S. P.; DUARTE, R.P.N. *Bem-Estar, Pobreza e Desigualdade de Renda: Uma avaliação da evolução histórica e das disparidades regionais*. Texto para Discussão n. 454. Rio de Janeiro: IPEA, 1997.

CAMARGO, José Márcio; DE PASQUAL, Denise; GUEDES FILHO, Ernesto Moreira. *Reestruturação empresarial e efeitos sobre a estrutura do emprego e do mercado de trabalho no Brasil*. Em: *Tendências*, São Paulo dezembro de 2000.

\_\_\_\_\_. *Reestruturação empresarial e efeitos sobre a estrutura do emprego e do mercado de trabalho no Brasil – Sumário Executivo*. Em: *Tendências*, São Paulo maio de 2001.

CHESNAIS, François. *A Mundialização do Capital*. São Paulo: Xamã, 1994.

DIOUF, J. O Brasil pode vencer a guerra contra a fome. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 9 fev. 2003, Caderno A, p.3.

<sup>(9)</sup> A esse respeito, Chesnais (1994) desenvolve a hipótese de que os investimentos estrangeiros levam ao aumento da desigualdade de rendimentos nos países receptores, bem como ao aumento da desigualdade entre países.

FAJNZYLBER, F. *La industrialización trunca de América Latina*. Mexico, DF: Nuevo México, 1983.

FERREIRA, F.H.G. & LITCHFIELD, J.A. *Desigualdade, pobreza e bem-estar social no Brasil – 1981/95*. Em: Henriques, Ricardo. *Desigualdade e Pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

FUNDAÇÃO SEADE. *Guia de Investimento e Geração de Emprego – Investimentos anunciados no Estado de São Paulo*. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/negocios/investimentos.html>.

GONÇALVES, Reinaldo. *Globalização e Desnacionalização*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

IBGE. *Censo Demográfico, 1991*. Microdados.

IBGE. *Censo Demográfico, 2000*. Microdados.

KOSAKOFF, B.; BEZCHINSKY, G.; FINKMAN, J. *La Presencia Actual de las Empresas Extranjeras en la Industrialización Argentina. Su Estrategia ante el Mercosur*. Buenos Aires: Instituto Torquato Di Tella, 1992.

KUME, Honório. *A abertura comercial brasileira nos anos 1990: impactos sobre emprego e salário*. Rio de Janeiro: MTE / IPEA, 2003.

PNUD, *Atlas do desenvolvimento Humano*, 2003.

RODRIGUES, Denise Andrade. Os investimentos no Brasil nos anos 90: Cenário Setorial e Regional. Em *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, junho de 2000.